

Sumário¹

Parte I

Direito do Trabalho

Henrique Correia

CAPÍTULO I

REGULAMENTO DE EMPRESA, PRINCÍPIOS E PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.....

1.	Regulamento de empresa	17
1.1.	Complementação de aposentadoria	18
2.	Princípio da irretroatividade da lei	23
3.	Programa de Incentivo à Demissão Voluntária.....	24

CAPÍTULO II

EMPREGADO E EMPREGADOR

1.	Empregado.....	29
1.1.	Diretor eleito.....	29
1.2.	Bancário	30
1.3.	Empregado Rural.....	37
1.3.1.	Enquadramento como trabalhador rural.....	37
1.3.2.	Prescrição do trabalhador rural	37
1.3.3.	Salário-família rurícola	37
1.4.	Empregado Doméstico	41
2.	Empregador	54

CAPÍTULO III

TERCEIRIZAÇÃO

CAPÍTULO IV

CONTRATO DE TRABALHO

1.	Identificação profissional de empregado. Carteira de trabalho e previdência social – CTPS	71
----	---	----

1. **NOTA SOBRE O SUMÁRIO:** O sumário foi formulado com palavras extraídas das próprias súmulas e OJs do TST, não sendo capaz de articular a elaboração de peças processuais. **Cumprimos, portanto, rigorosamente o edital dos últimos exames.**

Segue, ainda, a mesma diretriz e formato dos demais códigos existentes no mercado e disponíveis para a 2ª fase da OAB. Esses materiais são utilizados durante a prova discursiva.

2. Contrato de experiência e contrato por prazo determinado.....	74
3. Da nulidade do contrato de trabalho.....	76
4. Alteração do contrato de trabalho	78
5. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.....	81

CAPÍTULO V

DURAÇÃO DO TRABALHO.....	87
1. Duração do trabalho	87
1.1. Sobreaviso.....	93
2. Fiscalização da jornada	94
3. Horas <i>in itinere</i>	97
4. Motorista, gerente e ferroviário submetidos ao art. 62 da CLT.....	97
5. Turnos Ininterruptos de revezamento	101
6. Trabalho noturno	103
7. Compensação de jornada	106
8. Jornada do telefonista, jornalista e advogado.....	109
8.1. Intervalos	112
8.2. Descanso semanal remunerado e feriados (Lei nº 605/1949).....	117
8.3. Férias	123

CAPÍTULO VI

REMUNERAÇÃO.....	129
1. Salário e remuneração	129
2. Aumento salarial concedido pela empresa e salário utilidade	145
3. Comissões	148
4. Gratificações	149
5. Adicional de risco do portuário	150
6. Adicional por tempo de serviço e adicional regional	150
7. Abono previsto em norma coletiva.....	150
8. Gratificação natalina ou décimo terceiro salário	153
9. Adicionais.....	156
9.1. Adicional de horas extraordinárias.....	156
9.1.1. Cálculo das horas extras	158
9.2. Adicional noturno	161
9.3. Adicional de transferência.....	163
10. Adicional de periculosidade.....	163
10.1. Integração do Adicional de Periculosidade.....	163
10.2. Classificação de atividades perigosas.....	164
10.2.1. Eletricitários.....	164
10.2.2. Portuários	164
10.2.3. Bomba de gasolina.....	165
10.2.4. Permanência a bordo de aeronaves	165
10.2.5. Sistema elétrico de potência	165
10.2.6. Radiação ionizante ou substância radioativa.....	165
10.2.7. Armazenamento de líquido inflamável no prédio. Construção Vertical	166
10.3. Perícia.....	166
11. Adicional de insalubridade	168
11.1. Integração	168
11.2. Base de cálculo	169

11.3. Perícia.....	169
11.4. Classificação da atividade insalubre. Relação oficial elaborada pelo MTE.....	169
11.4.1. Instalações sanitárias de uso coletivo	169
11.4.2. Raios solares	170
11.4.3. Óleos minerais	170
11.4.4. Direito adquirido	170
11.5. Fornecimento de aparelho de proteção	170
11.6. Substituição processual	171
11.7. Causa de pedir.....	171
12. Parcelas indenizatórias	174
12.1. Participação nos lucros e resultados.....	174
12.2. Diárias	174
12.3. Vale-transporte	174
12.4. Salário-família	174
12.5. Seguro-desemprego	174
12.6. Auxílio-alimentação	179
13. Equiparação salarial.....	181
14. Descontos salariais	186
14.1. Multa prevista nos artigos 467 e 477	186
14.2. Rescisão do contrato. Pagamento das verbas rescisórias.....	186
14.3. Inadimplemento de verbas trabalhistas. Frutos. Posse de má-fé.....	188
15. Reajustes salariais e planos econômicos.....	189
16. Efeitos financeiros da anistia. Emenda constitucional nº 26/1985	192

CAPÍTULO VII

ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO.....	193
1. Estabilidade provisória	193
2. Estabilidade prevista na CLT (Decenal)	193
3. Dirigente sindical	194
3.1. Estabilidade provisória do Conselheiro Fiscal	194
3.2. Estabilidade provisória do Delegado Sindical.....	194
4. Gestante	194
5. Estabilidade decorrente de acidente do trabalho	195
6. CIPA	196
7. Diretores de Cooperativas	196
8. Servidor público celetista. Empregado de empresa pública e sociedade de economia mista	196
8.1. Servidor público de fundação regido pela CLT	197
9. Estabilidade prevista em regulamento interno	197

CAPÍTULO VIII

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.....	207
1. Incidência do FGTS	207
1.1. Não incidência do FGTS	207
1.2. Índice de correção	207
2. Multa de 40% do FGTS.....	207
3. Contrato nulo.....	208
4. Prescrição	208
5. Expurgos Inflacionários.....	208

CAPÍTULO IX	
AVISO-PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	223
1. Aviso-prévio	223
2. Término do contrato de trabalho.....	228
2.1. Férias proporcionais	228
2.2. Dispensa discriminatória	228
2.3. Falta grave.....	228
2.3.1. Culpa recíproca	228
2.4. Aposentadoria espontânea. Extinção do contrato.....	229
2.5. Despedida imotivada do servidor público.....	229
2.6. Readmissão	229
2.7. Multa prevista no art. 477 da CLT	229
2.8. Término das atividades empresariais. Pagamento do salário	230
2.9. Contrato nulo	230
2.10. Quitação e compensação	230
CAPÍTULO X	
PREScriÇÃO E DECADÊNCIA.....	235
1. Prescrição	235
1.1. Prescrição total	236
1.2. Prescrição parcial.....	237
1.3. Ação Rescisória. Prescrição total e parcial.....	237
1.4. Suspensão do contrato de trabalho.....	237
1.5. Interrupção da prescrição	238
1.6. Rurícola.....	238
1.7. Prescrição intercorrente	238
1.8. FGTS.....	238
1.9. Expurgos inflacionários	239
1.10. Ação de cumprimento.....	239
1.11. Mudança do regime celetista para estatutário.....	239
1.12. Complementação de pensão e auxílio funeral	240
1.13. Ministério Público.....	240
2. Decadência.....	241
CAPÍTULO XI	
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	243
1. Poder Normativo do TST	243
2. Vigência da Convenção e do Acordo Coletivo de Trabalho. Ultratividade.....	243
3. Categoria Diferenciada	243
4. Multa prevista em instrumento normativo	244
5. Contribuição sindical, confederativa e assistencial.....	244
CAPÍTULO XII	
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SDC DO TST.....	251
1. Organização sindical	251
2. Negociação coletiva	253
3. Greve.....	257

Parte II

Direito Processual do Trabalho

Élisson Miessa

CAPÍTULO I		
PRINCÍPIOS		263
CAPÍTULO II		
COMPETÊNCIA		265
1. Imunidade de jurisdição.....		265
Organização ou organismo internacional.....		265
2. Competência em razão da matéria		265
3. Competência funcional		272
4. Competência territorial-funcional (ACP).....		273
5. Conflito de competência.....		273
CAPÍTULO III		
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO		275
CAPÍTULO IV		
AÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO		279
1. Legitimidade		279
2. Impossibilidade jurídica do pedido		280
3. Interesse de agir		280
CAPÍTULO V		
PARTES E PROCURADORES		283
1. <i>Jus postulandi</i>		283
2. Representação		284
3. Advogado e honorários advocatícios.....		289
4. Honorários periciais		293
5. Justiça Gratuita		295
6. Litisconsórcio		297
7. Intervenção de terceiros		299
CAPÍTULO VI		
ATOS PROCESSUAIS		301
1. Notificação		301
2. Prazos processuais		302
3. Custas processuais		306
CAPÍTULO VII		
PETIÇÃO INICIAL.....		309
1. Indeferimento liminar.....		309
2. Novo valor da causa e Mandado de Segurança.....		309
3. Alçada		309
4. Comissão paritária – portuários.....		309

CAPÍTULO VIII	
TUTELA ANTECIPADA.....	313
CAPÍTULO IX	
AUDIÊNCIA.....	319
1. Ausência do reclamante	319
2. Revelia	319
3. Preposto	319
4. Conciliação.....	319
CAPÍTULO X	
RESPOSTA DO RÉU	323
1. Compensação	323
2. Revelia	323
CAPÍTULO XI	
PROVAS.....	327
1. Ônus da prova	327
2. Prova documental.....	327
3. Prova testemunhal.....	328
4. Confissão.....	328
5. Prova pericial.....	328
CAPÍTULO XII	
SENTENÇA	333
CAPÍTULO XIII	
COISA JULGADA	335
CAPÍTULO XIV	
PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	337
CAPÍTULO XV	
RECURSO.....	341
1. Teoria Geral dos Recursos	341
1.1. Princípios recursais	341
1.2. Juízo de admissibilidade	344
1.3. Pressupostos recursais	345
1.3.1. Legitimidade e interesse para recorrer	345
1.3.2. Tempestividade	346
1.3.3. Representação.....	348
1.3.4. Preparo	351
1.3.5. Depósito de multas impostas pelo juiz.....	356
1.4. Documentos.....	359
1.5. Efeitos dos recursos.....	359
1.6. Reexame necessário	361
2. Recursos em espécie.....	362
2.1. Embargos de declaração	362

2.2.	Recurso ordinário	365
2.3.	Recurso de revista	367
2.3.1.	Preqüestoramento	367
2.3.2.	Recurso de revista de acórdão regional que julga ação rescisória ou mandado de segurança.....	368
2.3.3.	Cabimento.....	368
2.3.4.	Divergência Jurisprudencial.....	369
2.3.5.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	371
2.3.6.	Recurso de revista no rito sumaríssimo	371
2.4.	Recurso de embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST.....	377
2.4.1.	Cabimento.....	377
2.4.2.	Divergência Jurisprudencial.....	377
2.4.3.	Embargos para a SDI no rito sumaríssimo	379
2.4.4.	Embargos para a SDI na fase executiva.....	379
2.5.	Agravo de instrumento	382
2.6.	Agravo de petição.....	384
2.7.	Agravo interno e regimental.....	386
2.8.	Recurso adesivo	387
 CAPÍTULO XVI		
EXECUÇÃO TRABALHISTA.....		389
1.	Juros	389
2.	Correção monetária	391
3.	Contribuições previdenciárias e imposto de renda	393
4.	Penhora	397
5.	Depositário	402
6.	Embargos de terceiros	403
7.	Empresas em liquidação extrajudicial	404
8.	Entidade pública	405
 CAPÍTULO XVII		
AÇÃO CAUTELAR.....		407
 CAPÍTULO XVIII		
AÇÃO RESCISÓRIA		409
1.	Competência	409
2.	Legitimidade do Ministério Público do Trabalho e litisconsórcio	410
3.	Decadência.....	412
4.	Pressupostos da ação rescisória	414
4.1.	Trânsito em julgado.....	414
4.2.	Decisão de mérito.....	415
5.	Representação processual. Procuração com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista. Irregularidade verificada na fase recursal	418
6.	Petição inicial.....	419
7.	Hipóteses de cabimento.....	420
7.1.	Incompetência absoluta	420
7.2.	Dolo ou colusão	421
7.3.	Coisa Julgada	421

7.4. Violação literal de disposição de lei	423
7.4.1. Alcance da regra.....	423
7.4.2. Decisão de mérito alicerçada em duplo fundamento	423
7.4.3. Reexame de fatos e prova.....	423
7.4.4. Pronunciamento explícito.....	423
7.4.5. Matéria controvertida nos Tribunais.....	424
7.4.6. Casos específicos de violação literal de disposição de lei.....	426
7.5. Prova nova	427
7.6. Ação rescisória para invalidar transação.....	428
7.7. Ação rescisória para invalidar confissão	428
7.8. Ação rescisória fundada em erro de fato	428
8. Respostas do réu.....	432
9. Recursos.....	433
10. Ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda	435
CAPÍTULO XIX	
MANDADO DE SEGURANÇA	437
1. Valor da causa e prova pré-constituída	437
2. Cabimento.....	438
3. Decadência e Contagem do prazo para impetração do mandado de segurança....	446
4. Recursos.....	446
CAPÍTULO XX	
DISSÍDIO COLETIVO E AÇÃO DE CUMPRIMENTO	449
1. Dissídio coletivo.....	449
2. Ação de cumprimento	452
CAPÍTULO XXI	
HABEAS CORPUS	453
ÍNDICE EM ORDEM NUMÉRICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TST EM VIGOR	455
1. Súmulas do TST	455
2. Súmulas do STF	489
3. Orientações Jurisprudenciais da SDI - I do TST.....	489
4. Orientações Jurisprudenciais da SDI - II do TST.....	509
5. Orientações Jurisprudenciais da SDC do TST	518
ÍNDICE REMISSIVO DA JURISPRUDÊNCIA DO TST EM VIGOR	521
ÍNDICE REMISSIVO.....	535